

AGRAVO DE INSTRUMENTO 848.548 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: ANCHIETA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: MORENA PAULA SOUTO DERENUSSON SILVEIRA
AGDO.(A/S)	: ALVORADA CINEMATOGRAFICA INTERNACIONAL LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RAUL QUEIROZ NEVES

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS
– INVIABILIDADE.**

1. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a ofensa à Carta da República, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

A par desse aspecto, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para alçar a este Tribunal conflito de interesses cuja solução se exaure na origem. A tentativa acaba por se fazer voltada à transformação do Supremo em mero revisor dos atos dos demais tribunais do País. Na espécie, o Colegiado de origem procedeu a julgamento fundamentado de forma consentânea com a ordem jurídica.

Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria estar sendo utilizado no exame de outro processo.

AI 848548 / DF

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator